O CONCEITO DE IDEOLOGIA: de Destutt de Tracy ao pensamento de Antonio Gramsci

Rodrigo José Fernandes de Barros¹

Resumo

Poucos conceitos nas Ciências Sociais e Humanas possuem tamanha flexibilidade, variação de significados e causam tantas polêmicas como o de ideologia. Ressurgindo em sua forma moderna na França pós-revolucionária e passando por gerações de pensadores positivistas, o conceito de ideologia encontraria lugar firme na tradição marxista, onde permanece até hoje no centro dos debates. Este artigo tem por objetivo expor e discutir esse processo embrionário do conceito, até sua acomodação na teoria do filósofo italiano Antonio Gramsci, que o colocou como parte fundamental de um conceito maior, o de hegemonia.

Palavras-chave: Ideologia. Teoria Social Marxista. Sociologia.

THE CONCEPT OF IDEOLOGY: from Destutt de Tracy to Antonio Gramsci's thought

Abstract

Few concepts in Human and Social Sciences possess such flexibility, variation of meanings and cause so many polemics such as ideology. Ressurging in its modern form in the post-revolutionary France and being passed through generations of positivist thinkers, the concept of ideology would find a steady place in the Marxist tradition, where it still is the central focus of debate until today. This abstract has as its goal to expose and discuss said embryonic process of the concept, until its accommodation into the theory of the Italian philosopher Antonio Gramsci, who placed it as the fundamental part of a bigger concept, hegemony.

Keywords: Ideology. Marxist Social Theory. Sociology.

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: rodjfb@uol.com.br
V.5, n. 2. p. 127-140, Mai./Agos. 2016.

Introdução

A primeira aparição moderna do termo se dá na obra *Elements d'Idéologie*² escrita pelo Conde e filósofo francês Destutt de Tracy e publicada em 1801. O livro é um imenso tratado digno dos enciclopedistas franceses pós-revolução, no qual Destutt de Tracy defende que a ideologia seria, de modo geral, a ciência que estuda as ideias dos homens. Segundo ele, as ideias provinham do resultado da interação entre organismo vivo e natureza, logo a ideologia pertenceria ao ramo da zoologia (LÖWY, 1985).

Essa ciência fora construída em cima de bases biológicas e físicas, desconsiderando quaisquer outras áreas do conhecimento, pois estas não passariam de especulação não-científica sem razão de existir. A fim de se conhecer a mente humana, bastariam observações e experiências empíricas, de modo que se identificassem leis universais tão válidas quanto à lei da gravidade, bem como seria possível prever as ações dos indivíduos. Graças a essas conclusões, Destutt e seus colegas que compartilhavam dessas visões foram apelidados de ideólogos (EAGLETON, 1997, p. 68).

Os ideólogos pertenciam ao Partido Liberal da França, e em meio ao caos político reinante no país, apoiaram Napoleão Bonaparte em seu golpe de Estado também conhecido como o golpe de 18° Brumário. Todavia, decepcionaram-se com o novo governante ao perceberem nele um restaurador do regime monárquico que precedera a revolução francesa. Juntaram-se com a oposição para deter as ânsias absolutistas do autoproclamado Imperador, que não tardou em contra-atacar; foram retirados dos seus cargos públicos e suas universidades foram fechadas. Homens de confiança de Napoleão os substituíram em seus postos (CHAUÍ, 1980).

Em uma declaração pública, Napoleão acusou os ideólogos de pertencerem a um culto metafísico tenebroso, e que a ideologia que criaram pouco contribuía para o conhecimento ou a melhora da vida das pessoas (KONDER, 2002). Temos aqui o momento em que há uma virada brusca no significado da palavra: ideologia passou a ser considerado um termo pejorativo, ao contrário do seu sentido inicial repleto de positividade. Desde então, o sentido negativo imperou com larga vantagem em comparação ao seu oposto.

Veremos um breve retorno da ideologia num sentido mais ameno com o francês Auguste Comte e seu positivismo científico. Embora preserve seu significado anterior, o de ciências das ideias que estuda o resultado da interação entre organismo em meio ambiente, Comte também

² Em tradução livre, “Elementos de Ideologia”.

chama a ideologia de um conjunto de ideais resultante da fase evolutiva em que cada sociedade se encontra (KONDER, 2002).

Em sua “física social” (que mais tarde daria impulso ao surgimento da sociologia), Comte defende que cada sociedade passa por diferentes estágios evolutivos com o decorrer das eras. Primeiramente temos a fase teológica, na qual se busca explicar o sentido das coisas através de forças superiores, divinas; em seguida temos a fase metafísica, em que a filosofia e a abstração substituem as respostas religiosas e, por último, temos a fase científica em que se procura conhecer o mundo através da observação, dos fatos, das experiências empíricas, da elaboração de leis e da razão. Cada uma dessas fases produz por si só um conjunto de ideias que tenta explicar o mundo em que vivemos – indiferente de qual seja o conjunto, Comte os chama de ideologia.

Na tradição do positivismo, também podemos encontrar a ideologia no trabalho do sociólogo francês Émile Durkheim. Em “As Regras do Método Sociológico” (2003), o autor pensará a ideologia como aquilo que obstrui o pensamento científico real. Uma vez que almejava obter uma cientificidade maior para a sociologia tal qual uma ciência da natureza, Durkheim dirá que apenas com a separação entre sujeito e objeto se torna possível garantir a neutralidade do cientista social, evitando assim qualquer tipo de elemento subjetivo indesejável. Caso não obedeça este princípio pode ser considerado um pensamento ideológico, pois cede espaço para a parcialidade e esta não deve ganhar terreno.

Com Marx e Engels

O filósofo alemão Karl Marx é creditado por muitos como o criador do conceito de ideologia, embora, como vimos, isso não seja verdade. A palavra aparece em vários textos do autor com significados diversos e às vezes superficiais, mas será no livro intitulado *A Ideologia Alemã* (2007), escrito juntamente com Friedrich Engels, que Marx trará os pontos mais elaborados, mas ainda assim não definitivos.

Na obra, Marx e Engels criticaram com veemência as concepções dos filósofos neo-hegelianos – como Max Stiner, Ludwig Feuerbach e Bruno Bauer. Estes defendiam que o combate em busca da emancipação humana se daria somente no campo das ideias, da consciência humana. Para que a realidade se transformasse, seria necessária a presença de novas ideias

substituindo as antigas, então, a realidade indesejável se dissolveria, dando lugar a uma nova sociedade com a ausência de traços indesejados.

Para Marx e Engels, este não era o caminho certo a se seguir. Essas teorias seriam insuficientes, equivalentes a ilusões; não passariam de uma concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real. Em outras palavras, a visão e as crenças desses pensadores seriam ideológicas por distorcerem a realidade como ela é, tal qual um véu que impede o indivíduo de enxergar bem.

Marx e Engels vão além. Acusam os neo-hegelianos não somente de problemas de percepção, mas também de estarem a serviço das forças conservadoras que dizem combater, pois desviam o olhar dos problemas reais e com isso fortalecem as classes dominantes que estão no poder. Não estariam fazendo nada mais do que combatendo fraseologias e “ao combaterem as fraseologias deste mundo, não combatem de modo algum o mundo real existente” (MARX; ENGELS, 2007, p. 84).

A partir dessa crítica, ambos os autores irão prosseguir com a elaboração do conceito de ideologia, já que, para eles, é através dela que são construídos e reproduzidos imaginários e sistemas de identificação social, cuja função seria mascarar os conflitos entre as classes sociais – originários das diferenças histórico-econômicas –, dissimulando a dominação e ocultando a presença do particular, dando-lhe a aparência de universal. A ideologia seria, portanto, uma espécie de falsa consciência do mundo a serviço da arbitrariedade da sociedade, a fim de evitar o conflito direto entre a classe dominante (burguesia) e a classe dominada (proletariado).

Ainda mais, a ideologia também deve prover, além do conjunto de representações coerentes para explicar a realidade social, um arranjo de normas coerentes para orientar a prática política com o objetivo de não conduzir processos de transformações reais, fortalecendo conceitos e preconceitos enganadores e assim assegurando a hegemonia de um grupo em detrimento da subalternação de outro.

Por fim, nos parece relevante frisar que a ideologia, em Marx e Engels, não nega a existência das desigualdades sociais entre as classes, já que estas são visíveis a olho nu para qualquer sujeito. O que ela procura é naturalizar essas desigualdades através de mecanismos que eliminem as questões histórico-econômicas do horizonte, focando-se em problemas que aparentem ser os reais motivos das diferenças: religião, raça, ou, no caso já citado dos neo-hegelianos, a tradição idealista que supervaloriza o poder das representações em detrimento das questões materiais.

Antes de prosseguirmos para o próximo tópico, precisamos levar em consideração alguns pontos sobre a questão da ideologia em Marx e Engels, como também sobre os escritos em que o termo aparece. É possível afirmar que o conceito nunca assumiu uma forma conclusiva na teoria desenvolvida pelos pais do materialismo histórico, o que fomenta a polêmica sobre qual seria seu sentido definitivo. Não há consenso entre os teóricos marxistas, nem há sinal de que haverá alguma coisa do gênero por muito tempo.

Quanto a obra *A ideologia alemã*, mesmo tendo sido escrito no século XIX, o livro foi publicado décadas após a morte de ambos os autores, no início dos anos 1930 (KONDER, 2002). Até hoje não existe uma versão final da obra em alemão e muito menos em português. As edições mais prestigiadas foram elaboradas e organizadas a partir de muitos cadernos antigos, manuscritos incompletos e páginas avulsas, o que nos leva a crer que a obra continuará incompleta por tempo indeterminado, assim como novas interpretações ainda serão possíveis.

Com os primeiros marxistas

Marx escreveu bastante e suas teorias abalaram o mundo como poucas na história. Muitos pensadores viam na obra do filósofo alemão – e de Engels, seu parceiro de escrita – os meios de se entender a totalidade que nos entorna, enxergando as contradições inerentes do sistema capitalista que nos governa. Lá também estariam as ferramentas necessárias para transformar esse sistema, dando forma a uma nova maneira de organizar a humanidade, eliminando assim a arbitrariedade hegemônica na sociedade. A teoria marxista foi de grande relevância para fundamentar os movimentos socialistas na Europa, que viriam a formar os primeiros (e maiores) partidos de massa.

Mas as interpretações a respeito das teorias de Marx e Engels não gozavam de unidade em muitos aspectos. No final do século XIX e início do século XX, os marxistas haviam se dividido em diferentes correntes, dos mais radicais aos mais moderados, ocupando desde as esferas legais (partidos políticos, ligas de trabalhadores) como espaços clandestinos de atuação (grupos armados, antimonarquistas, revolucionários). A cisão destes se deu, precisamente, depois de posicionamentos contrários a respeito de quais rumos a política em nome dos trabalhadores deveria seguir; conflitos estes oriundos da IIª Internacional (EAGLETON, 1997).

A começar pelos moderados, como alguns partidos socialistas de massa, que procuravam agir na esfera legal do Estado. Encontravam nos trabalhadores a sua força, angariando votos nos países onde o sufrágio começava a mostrar presença. Defendiam os direitos conquistados e procuravam conseguir maior estabilidade, segurança, poder de compra e melhores condições de vida para o proletariado (KONDER, 2002, p.53). Aos poucos, essas vertentes foram removendo princípios revolucionários e adotando o reformismo como meio de se alcançar a utopia socialista de um mundo sem classes. O melhor exemplo de reformismo no movimento socialista é o Partido Social democrata dos Trabalhadores Alemães, durante as últimas décadas do século XIX, que tinha Karl Kautsky em sua liderança.

Com a morte de Engels, Kautsky foi considerado o herdeiro do marxismo e assumia uma posição de destaque tanto na teoria como na prática. Segundo o crítico literário Terry Eagleton (1997) e o filósofo Leandro Konder (2002), Kautsky também foi o maior codificador do marxismo, formulando uma doutrina oficial do pensamento de Marx e Engels, que fora amplamente divulgada e reproduzida nos partidos e movimentos de esquerda política com muitos dos seus elementos perdurando até os dias de hoje. Contudo, tanto Terry Eagleton como Leandro Konder afirmam que essa doutrina foi superficial, seletiva e cheia de embaraços negativos e erros de interpretação devido a Kautsky ter tomado alguns conceitos cruciais como irrelevantes ou de forma distorcida, além de ter promovido uma implementação grosseira do evolucionismo biológico de Charles Darwin na teoria marxista.

Para Kautsky, a teoria da evolução de Darwin poderia ser aplicada sem muitos rodeios para a interpretação da sociedade, já que esta cumpriria estágios evolutivos naturais no decorrer da história humana até alcançar, por fim, o comunismo. Neste “marxismo evolucionista”, de pouco adiantaria tentar uma revolução já que a mudança haveria de se concretizar com o desenvolvimento do próprio sistema capitalista. Com a doutrina de Kautsky também entra em cena uma forte tendência ao determinismo econômico entre os marxistas, que, segundo Konder (2002, p. 55) empobrecia a concepção de história desenvolvida por Marx (o materialismo histórico). Porque, mesmo tendo crucial importância, não foi somente pela análise do econômico que o próprio Marx alavancou sua teoria.

Dito isto, a ideologia entra na lista dos conceitos desvalorizados tanto por Kautsky quanto pelos seguidores da sua doutrina, pois era considerada do ponto de vista desse evolucionismo marxista um conjunto de ideias provindas naturalmente da gradual evolução da espécie humana – aqui nós temos uma semelhança com a concepção já citada de Augusto Comte, que via a

ideologia como a visão de mundo resultante de cada estágio evolutivo da humanidade. Também havia uma segunda interpretação da ideologia presente entre os marxistas moderados, que a viam como uma finalidade dos processos socioeconômicos. Em ambas as interpretações a ideologia é um subproduto sempre *a posteriori* e sem muita problematização (EAGLETON, 1997).

Fazendo oposição a esses seguimentos moderados do marxismo, temos os marxistas das alas radicais que se caracterizavam pela crítica feroz ao sistema capitalista, sem tentativas de torná-lo mais dócil para as classes oprimidas por sua lógica. Rejeitavam as tentativas de participar do aparato Estatal e viam na revolução o único meio de eliminar a dominação exercida pela burguesia. Não enxergavam motivos para participar do jogo montado pelas elites, já que o objetivo era tomar o poder com o uso das armas. Seus partidos e demais organizações agiam na ilegalidade, e seus integrantes foram caçados em toda a Europa, pois eram considerados uma verdadeira ameaça para a estabilidade das nações (PRIESTLAND, 2012)

O russo Vladimir Ilyich Ulianov está entre as figuras de destaque neste grupo de radicais. Mais conhecido pelo pseudônimo Lênin, foi um dos maiores revolucionários do século XX, tendo liderado a Revolução Russa de 1917, que daria início a primeira experiência do que hoje é denominado como socialismo real: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Além de um exímio articulador político, Lenin também adentrou no espaço da teoria social, lançando escritos como “*O Estado e a revolução*” e “*Que fazer?*”.

A ideologia que aparece em Lênin difere-se tanto da forma presente em Marx quanto da que surge com Kautsky. Para Lênin, ideologia é “qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais” (LÖWY, 1985, p.12). Portanto, para o líder revolucionário, ideologia dividia-se obrigatoriamente em dois grupos de concepções antagônicas da realidade: a ideologia reacionária e a ideologia revolucionária, ou, em outras palavras, ideologia conservadora e ideologia progressista. A ideologia reacionária seria encabeçada pela burguesia, enquanto que a ideologia revolucionária seria promovida pelo proletariado (EAGLETON, 1997).

A questão a respeito da falsa consciência, de uma ilusão que impede de se enxergar a realidade como escreveram Marx e Engels, não entra na elaboração de Lenin. Também podemos constatar que o mesmo ocorre com as definições de Kautsky, assim como de outros marxistas durante o início do século XX, que adotaram os textos de divulgação de Kautsky como maneira mais rápida de se entender as proposições de Marx em vez de ler diretamente o próprio – o artista

William Morris e o político Eugene Debs assumiram não ter ultrapassado muitas páginas de *O Capital*, pois ler Marx tratava-se de uma tarefa muito difícil (KONDER, 2002, p. 58).

Por que esses marxistas divergiam dos escritos originais de Karl Marx quanto às considerações sobre ideologia? Não podemos atribuir tamanhas desarmonias como o resultado somente de uma leitura inapropriada, ou mesmo da má vontade daqueles que preferiram ler comentadores a enfrentar o autor em pessoa. Precisamos levar em conta alguns fatores cruciais: como bem mencionamos anteriormente, *A Ideologia Alemã*, assim como outros textos de suma importância na obra de Karl Marx e Friedrich Engels (*Manuscritos Econômico-Filosóficos, Grundrisse*), só foram publicados a partir da década de 1930 em diante, postumamente.

Kautsky já havia publicado seus livros e seus panfletos de divulgação anos antes de ter qualquer contato com algum desses escritos - além de não haver evidências dessa aproximação, já que Kautsky faleceu com 83 anos em 1938, dois anos após a primeira publicação de *A Ideologia Alemã*. Com Lênin, podemos ter certeza de que não houve esse contato com os escritos póstumos de Marx, pois ele morreu em 1924 aos 53 anos de idade.

Até agora nos foi presumível observar com precisão a flexibilidade que o conceito de ideologia adquiriu em diferentes teóricos, o que corrobora com a afirmação de que não há consenso quanto ao seu significado nas ciências sociais e humanas. De ciência das ideias num aspecto positivo (de Tracy) para falsa consciência num aspecto claramente negativo (Marx), passando por visão de mundo decorrente de um estágio evolutivo da humanidade, retornado ao estado positivo (Kautsky), até qualquer conjunto de ideias atrelado aos interesses de uma classe social (Lênin). Essa variedade de interpretações não diminuirá com os próximos passos do nosso resgate histórico; na verdade, os ramos continuarão a se multiplicar em múltiplas direções.

A ideologia em György Lukács

György Lukács não pode deixar de ser mencionado, assim como sua obra não deve deixar de ser mensurada. Húngaro nascido em 1885, Lukács adentrou no mundo acadêmico e na filosofia com ênfase no idealismo alemão, estudando a fundo Immanuel Kant e Friedrich Hegel para, em seguida, atrelar-se com a teoria marxista e não a abandonar até o fim da sua vida.

Iremos nos basear em sua obra mais conhecida, que se intitula *História e consciência de classe* (1922), em que Lukács construiu uma forte crítica ao determinismo econômico e ao evolucionismo mecanicista ortodoxo, pretendendo renovar o marxismo. O enfoque econômico

não deve nortear a teoria marxista, muito menos o conceito de uma ciência marxista evolucionista, mas sim o princípio da totalidade.

Não é raro encontrar aqueles que consideram este livro como um texto que pretende dotar a teoria marxista de certo messianismo, e o próprio Lukács viria a renegar muito ou quase tudo do que escreveu em *História e consciência de classe* (por pressão dos soviéticos, que consideraram a obra uma ameaça por incitar meios não ortodoxos e criativos para o desenvolvimento do marxismo). O húngaro, durante as décadas seguintes, priorizaria projetos mais maduros em sua aventura intelectual, como em *Para uma ontologia do ser social* (1960)³, mas seu livro de 1922 continua sendo um emblema da teoria marxista, considerado o pontapé do dito Marxismo Ocidental.

Nele, Lukács mantém viva a concepção positiva de ideologia realizada por Kautsky e guarda semelhanças com Lenin, sem nenhum receio de definir o marxismo como uma expressão ideológica do proletariado (LUKÁCS, 2012). Lukács leva uma posição partidária para a caracterização da ideologia, sem negar que “todas as formas de consciência de classe são ideológicas, mas algumas, por assim dizer, são mais ideológicas que outras” (EAGLETON, 1997, p. 90).

Lukács, embora não tenha tido contato com *A ideologia alemã* na época em que escreveu *História e consciência de classe*, leva em consideração a questão da falsidade ideológica como algo que impede o sujeito de alcançar a realidade, mas de uma forma diferente da proposta por Marx e Engels: a ideologia promovida pela burguesia não é falsa consciência por distorcer a realidade na qual se insere; ela é falsa consciência por ser incapaz de abarcar a totalidade dos processos complexos da sociedade, impedindo que se vá além na compreensão do emaranhado sistema em que vivemos.

Esse processo se daria pelo fetichismo da mercadoria, conceito desenvolvido por Marx no qual as relações sociais são mediatizadas por coisas, o que promove a reificação e fragmenta nossa experiência palpável, tornando possível apenas visualizar as partes isoladas do social e não o todo defendido por Lukács.

A ideologia proletária estaria num patamar diferente da ideologia burguesa por, justamente, permitir que se enxergue a totalidade do mundo. Estas características seriam intrínsecas da classe proletária por ser ela dotada de universalidade, capaz de gerar a consciência de

³ A “ontologia” de Lukács só veio a ser publicada no Brasil inicialmente em 2012. V.5, n. 2. p. 127-140, Mai./Agos. 2016.

classe fundamental para a emancipação de toda a humanidade, assim como de se alcançar o conhecimento verdadeiro (LUKÁCS, 2012). É impossível separar a influência de Hegel nas elaborações de Lukács: “O que Lukács fez nesse caso, na verdade, foi substituir a Ideia Absoluta de Hegel — ela própria o idêntico sujeito-objeto da história — pelo proletariado” (EAGLETON, 1997, p. 93).

Em suma, a ideologia hegemônica para Lukács não significa infidelidade com os fatos, mas sim uma limitação que é incapaz de enxergar todos os fatos num sistema amplo e dialético, ao contrário da ideologia da classe proletária que se orienta numa posição vanguardista, com uma visão da totalidade, capaz de ver de maneira mais profunda a sociedade regida pelo capitalismo e as suas contradições.

O trabalho teórico de Lukács não terminaria aqui e renderia mais frutos, bem como ferrenhas críticas por parte de outros intelectuais. No entanto, a escrita de sua obra foi interrompida enquanto o filósofo apoiou com entusiasmo a revolução russa e aderiu ao bloco soviético. Também permaneceu firme em sua posição quando Stálin assumiu o poder do Estado Soviético e ocupou cargos de destaque na esfera pública. O arrependimento viria ao notar que suas tentativas de renovar o marxismo estavam sendo vetadas, contrariadas e até censuradas em nome dos interesses totalitários do Partido Comunista da União Soviética.

Somente após renunciar ao mundo político e voltar para a sua cidade natal, Budapeste, é que Lukács retornaria com seu trabalho teórico (KONDER, 2002), realizando um grande processo de autocrítica e reformulando sua obra num exercício grandioso de síntese – e que ficará incompleta por seu falecimento em 1971.

Ideologia nos cadernos do cárcere

A questão da ideologia também aparece nos trabalhos do italiano Antonio Gramsci. Jornalista, teórico social, crítico literário e político filiado ao Partido Comunista da Itália, Gramsci destacou-se por suas ideias inovadoras e pela maneira que as construiu. Revolucionário ativo e polemista político e cultural, foi preso pelo regime fascista de Benito Mussolini em 1926, permanecendo enclausurado praticamente até o resto da sua vida.

Em todos os anos mantido atrás das grades, Gramsci escreveu suas ideias e teorias em mais de trinta cadernos que foram chamados posteriormente de “os cadernos do cárcere”; para impedir que seus escritos fossem censurados ou descartados pelos seus algozes, adotou codinomes e

códigos para se referir a palavras e conceitos que eram proibidos pelo regime fascista em vigor na Itália. A nível de exemplificação, a teoria marxista passa a ser chamada de “filosofia da práxis” em sua escrita codificada.

Para o italiano, há de se analisar a infraestrutura (a base material da sociedade, como as relações de produção e as forças produtivas) e a superestrutura (a ideologia, constituída pelos sistemas de crenças, ideias, doutrinas e instituições), no intuito de enxergar um a realidade social e procurar alcançar a *hegemonia* – categoria chave em todo o seu pensamento, que absorve o conceito de ideologia e que nos aprofundaremos logo depois.

Para Gramsci, a “(...) as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: Elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” GRAMSCI, 1978, p. 62-3). Trata-se de “(...) uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1978 p. 16). São expressões de diversas classes sociais e por isso são múltiplas, diversas e contraditórias, sempre em conflito.

Podemos afirmar também que a ideologia nos escritos de Gramsci adquire uma força material que ultrapassa as concepções marxistas que o precedem, deixando de ser somente um conjunto de ideias ou falsa consciência para ganhar terreno na realidade socioeconômica do mundo capitalista, com aspectos claramente positivos. Nenhuma transformação real que modifique a ordenação das classes acontecerá caso também não haja uma transformação no campo ideológico, utilizando dos seus artifícios para se alcançar êxito (GRAMSCI, 1978, p. 62).

Não obstante, Gramsci faz uma diferenciação entre ideologias orgânicas – necessárias a determinadas estruturas sociais – e ideologias que provêm de especulações arbitrárias. Aqui adentramos no terreno historicista de Gramsci, que toma as ideologias orgânicas como consciência adequada a um estado específico do desenvolvimento histórico e a uma conjuntura política particular (GRAMSCI, 1978, 68).

O pensador italiano não acredita em verdades eternas, e sim em verdades momentâneas a depender do momento histórico em que estas se inserem; e que serão posteriormente substituídas por outras verdades. O próprio marxismo, para Gramsci, constitui uma “verdade passageira”, mas ainda assim a melhor verdade do seu tempo, capaz de superar a dominação reinante que outrora

servira aos interesses de uma classe subalterna (a burguesia em relação à aristocracia), mas que agora deveria ceder o lugar a outra num processo revolucionário.

Mas por qual motivo uma classe deixa-se dominar por outra e muitas vezes abre mão dos seus próprios interesses políticos, como no caso da classe trabalhadora? Para Gramsci, as classes dominantes não ocupam o poder apenas pelo meio da força e da intimidação; essa dominação se dá pelo fato da classe possuir uma hegemonia cultural, presente em todos os aspectos da sociedade, através da educação, da religião, da mídia, até as relações mais banais do cotidiano, como a função de naturalizar aquilo que não é natural, produzindo hábitos e ações que moldam as classes subalternizadas ao ponto de inibir seus reais interesses políticos e aceitar a arbitrariedade. A hegemonia, portanto, trata-se da forma como uma classe dominante consegue conquistar consentimento do seu poder mesmo entre os subjugados.

Nesta linha de raciocínio, a ideologia torna-se parte do conceito de hegemonia e se expande, abrangendo não só um sistema de ideias a favor da dominação arbitrária, mas o funcionamento de instituições formais, como também as dimensões inconscientes e invisíveis das manifestações sociais, adquirindo inclusive como já descrito anteriormente, materialidade (GRAMSCI, 1978).

Como revolucionário que era, Gramsci defende que não basta combater e tomar o Estado para se derrotar a hegemonia da burguesia. É preciso investir em toda a arena da cultura, em todos os campos em que a dominação habita por mais insignificantes que possam parecer aos olhos. “O poder da classe dominante é espiritual assim como material, e qualquer ‘contra hegemonia’ deve levar sua campanha política até esse domínio, até agora negligenciado” (EAGLETON, 1997, p.106). A hegemonia trata-se, portanto, de uma concepção de mundo e sua realização concreta, na forma de Estado político.

Gramsci, ao contrário de muitos marxistas ortodoxos de seu tempo, não esperava o dia em que a classe proletária viesse a ter consciência espontaneamente de suas amarras. Do seu ponto, similar ao de Lenin, é necessária uma vanguarda que possa conduzir a classe proletária a operar uma descolonização mental e cognitiva, promovendo uma consciência crítica e organização política. Essa vanguarda seria composta pelos intelectuais orgânicos, que não possuem como função apenas a contemplação abstrata do conhecimento, mas também organizam, debatem, participam ativamente da vida social, ajudando a articular teoricamente as correntes políticas, sendo capazes de unir teoria e prática. Em outras palavras, um intelectual engajado com um interesse de classe.

Considerações finais

Esse artigo teve como um dos objetivos trazer ao leitor as diferentes, e em alguns casos bastante contrastantes, significações que foram atribuídas ao conceito de ideologia em vários pensadores, com enfoque nos primeiros marxistas do século XIX e XX. Consideramos suas primeiras aparições na França napoleônica como ciência natural das ideias, passando posteriormente para uma denotação negativa e depreciativa. Essa alternância entre denotação positiva ou negativa não cessará de existir, a depender do teórico que a aborda.

Os principais positivistas do século XIX como Auguste Comte e Émile Durkheim também adotaram o conceito brevemente e de forma bastante superficial, como lembrado no início do texto. Foi com Marx e Engels que o conceito adquiriu um caráter crítico, de ilusão que impede a verdadeira visão da realidade, o que contribuiu para a dominação da classe burguesa. Outros intelectuais adotaram os escritos de Marx e intitularam-se marxistas, mas empreenderam outras concepções sobre o conceito de ideologia.

Os primeiros marxistas, como Karl Kautsky o empobreceram e o tornaram pouco significativo. Lênin viria a render-lhe uma roupagem positiva em seus escritos que precederam a revolução russa, o que posteriormente influenciaria bastante as vertentes do marxismo soviético e dos seus entusiastas e apoiadores.

O húngaro György Lukács e o italiano Antonio Gramsci dotaram novamente o conceito de caráter positivo no início do século XX, sem denotação depreciativa ou fundadora de ilusões arbitrarias, mas foi Gramsci quem defendeu a existência de uma materialidade provinda da ideologia, presente desde o modo de produção até as manifestações culturais, políticas e cotidianas dos indivíduos, o que torna necessária a intervenção dos elementos ideológicos caso se objetive a transformação da sociedade.

Além disso, as ideologias tratam-se de expressões provindas das classes sociais e por esse fator são diversas, em constante conflito em busca do que Gramsci caracterizou como hegemonia, que é a capacidade de uma classe elaborar sua concepção de mundo e efetivá-la como projeto político, tornando-a dominante frente as outras classes. Dessa forma o pensamento de Antonio Gramsci nos é útil para entender e compreender como as classes sociais agem para realizar seus objetivos políticos, indiferentes de quais sejam: a favor da hegemonia burguesa vigente e buscando

assim a sua manutenção, ou buscando novas maneiras de organização social através de processos revolucionários ou reformistas.

Referências bibliográficas

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico.* São Paulo: Martins Fontes, 2003.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução.* São Paulo: Boitempo, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *A Concepção Dialética da História.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KONDER, Leandro. *A Questão da Ideologia.* São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

LÖWY, Michael. *Ideologia e Ciência Social.* São Paulo: Cortez Editora, 1985.

LUKÁCS, Gyorgy. *História e Consciência de Classe.* São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

PRIESTLAND, David. *A Bandeira Vermelha.* São Paulo: LeYa, 2012.

Recebido em: 28 de junho de 2016.

Aceito em: 29 de agosto de 2016